



FACULDADE UnB PLANALTINA
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS NATURAIS

PATRYCK ARAÚJO
ORIENTADOR(A): PAULO PETRONILIO

O PACTO DA BRANQUITUDE E O RACISMO INSTITUCIONAL: UMA
EXPERIÊNCIA VIVIDA

Planaltina - DF

Janeiro 2025

PATRYCK ARAÚJO

**O PACTO DA BRANQUITUDE E O RACISMO INSTITUCIONAL: UMA
EXPERIÊNCIA VIVIDA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora, como exigência parcial para a obtenção de título de Licenciado do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais, da Faculdade UnB Planaltina, sob a orientação do Professor Dr. Paulo Petronilio Correia.

Planaltina - DF

Janeiro 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Petronilio Correia

(Universidade de Brasília - UnB)

Orientador

Prof. Dra. Elizabeth Maria Mamede da Costa

(Universidade de Brasília - UnB)

Membro Interno

Prof. Dr. Franco de Salles Porto

(Universidade de Brasília - UnB)

Avaliador

Sou de Nanã, euá, euá, euá, ê

O que peço no momento é silêncio e atenção

Quero contar o sofrimento que eu passei sem razão

O meu lamento se criou na escravidão

Que forçado passei

Eu chorei (eu chorei)

Sofri as duras dores da humilhação (humilhação)

Mas ganhei, pois eu trazia Nanaê no coração

Sou de Nanã, euá, euá, euá, ê

(Cordeiro de nanã-Os ticoans)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos àqueles que acreditam que a ousadia e o erro são caminhos para as grandes realizações. Dedico a quem eu amo muito meus sobrinhos, meu irmão, meu querido tio Jorjão, minha companheira e principalmente minha mãe que não está entre nós, está em um lugar bem melhor.

Entretanto também dedico esse trabalho a meu amigo e irmão complexo como eu, Hector. E claramente não posso deixar de fora o Dr. Petrot que me orientou e a toda a banca que reservou um momento para participar da defesa.

Agradeço finalmente aos leitores atentos e cuidadosos desse trabalho, professor da disciplina Estágio 2, Doutor Franco de Salles Porto e a Doutora Elizabeth Maria (nossa querida Betinha) que foram leitores pontuais e críticos para a melhoria não somente dessa pesquisa, como da minha condição humana.

RESUMO

Esta produção apresenta uma reflexão sobre a Universidade e seus múltiplos pactos narcísicos da branquitude. Abordaremos, a partir do meu lugar de fala, questões de racismo estrutural e institucional que permeiam relações de poderes e saberes. Para esse movimento, discutiremos como a branquitude se manifesta de maneira sutil, mas impactante, criando assim, um ambiente de exclusão e desumanização não somente para alunos negros, como para as mulheres, indígenas, quilombolas e demais sujeitos subalternizados. Através de uma análise teórico-crítica, o texto destaca a importância de compreender o pacto narcísico da branquitude e suas implicações nas relações de poder dentro da academia. O trabalho traz ainda a importância de desenvolver estratégias pedagógicas que promovam a igualdade racial e a valorização da diversidade, propondo uma educação que não apenas reconheça, mas também enfrente as desigualdades raciais presentes nas instituições numa vertente contra hegemônica e antirracista. A pesquisa se justifica pela urgência de dar voz aos sujeitos racializados e pela necessidade de transformar o ambiente educacional mais inclusivo, humano, democrático e justo.

Palavras-chave: Lugar de fala. Racismo. Branquitude. Colonização. Universidade.

ABSTRACT

This production presents a reflection on the University and its multiple narcissistic pacts of whiteness. We will address, from my place of speaking, issues of structural and institutional racism that permeate relations of power and knowledge. For this movement, we will discuss how whiteness manifests itself in a subtle but impactful way, thus creating an environment of exclusion and dehumanization not only for black students, but also for women, indigenous people, quilombolas and other subordinated subjects. Through a critical analysis, the text highlights the importance of understanding the narcissistic pact of whiteness and its implications for power relations within academia. The work highlights the importance of developing pedagogical strategies that promote racial equality and the appreciation of diversity, proposing an education that not only recognizes, but also confronts the racial inequalities present in the institution based on the counter-hegemonic and anti-racist discourse. The research is justified by the urgency of giving a voice to racialized subjects and the need to transform the educational environment into a more inclusive, humane, democratic and fair one.

Keywords: Unveiling. Racism. Whiteness. Colonization. University.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho tenho em mãos a travessia de pensar a Universidade¹ e a noção de pacto narcísico da branquitude e como esses pactos se transformam em potentes tecnologias fortalecedoras do

¹ Esclareço aqui que quando utilizo a palavra Universidade, é para pensá-la enquanto espaço de saber e poder. Não a demarco geograficamente e nem a situo historicamente pois demandaria um minucioso trabalho de campo e escuta de vários sujeitos envolvidos. Como se trata de um trabalho de revisão de literatura, penso aqui a Universidade como um espaço marcado pela colonização e que, de certo modo, mantém estruturas curriculares hegemônicas, masculinas, brancas e falocêntricas. Nesse movimento, trago a minha experiência vivida, a minha subjetividade, meu lugar de fala enquanto homem negro. Desse modo, não pretendo dizer que todas as Universidades são racistas, mas oferecer condições e ferramentas pedagógicas para pensarmos coletivamente uma Universidade mais diversa, inclusiva e plural. A Universidade aqui é pensada como imaginário do que é universal, isto é, como espaço que por ser o lugar do universal, às vezes invisibiliza o particular, o singular, o diferente, a diversidade.

racismo, fruto de toda uma história colonial e desumanizadora. Nesse movimento, trago ideias-forças como lugar de fala, racismo institucional e Universidade enquanto espaço da supremacia branca, mantenedora do poder e de todos os privilégios.

Ora, o que visamos aqui é a contribuição de uma educação antirracista e a urgência da promoção de um ambiente acadêmico que saiba lidar com as múltiplas diferenças, etnias e culturas para que haja melhoria da educação acadêmica. Para ilustrar como a branquitude e o racismo estrutural se entrelaçam nas práticas acadêmicas e sociais, a minha narrativa pessoal revela não apenas os desafios enfrentados por indivíduos racializados em ambientes predominantemente branco, mas também a necessidade urgente de discutir e desconstruir as estruturas de poder que perpetuam a segregação educacional, a exclusão e a marginalização.

O objetivo geral dessa pesquisa é investigar como se dão as práticas racistas na Universidade a partir da noção de poder e pacto narcísico da branquitude, utilizando o enfoque CTS que investiga como a ciência e a tecnologia influenciam a sociedade e ao mesmo tempo como as necessidades sociais moldam o desenvolvimento científico e tecnológico, levando em consideração a minha experiência vivida e observações realizadas enquanto homem negro na Universidade e na sociedade.

Quanto aos objetivos específicos, além de compreender o conceito de branquitude, tentarei investigar como se dá a exclusão do corpo negro na Universidade, bem como questionar os principais problemas relacionados ao racismo institucional para pensar estratégias pedagógicas para combater toda forma de discriminação que perpetuam nos espaços de saberes.

Dito isso, a pensadora feminista negra Cida Bento, em seu trabalho *Pacto da Branquitude*, argumenta que a branquitude não é apenas uma questão de cor de pele, mas um pacto social que privilegia os brancos em detrimento dos não brancos. Ela afirma que “a branquitude se sustenta em um sistema de privilégios que invisibiliza as desigualdades raciais” (BENTO, 2022, p.11). Essa invisibilidade é particularmente evidente nas instituições educacionais onde a cultura e as práticas acadêmicas muitas vezes refletem e reforçam normas brancas, marginalizando as vozes e experiências de estudantes negros e demais sujeitos subalternizados.

A feminista negra Grada Kilomba, em *Memórias da Plantação*, também aborda a intersecção entre raça e classe, destacando como as memórias da escravidão e suas consequências ainda permeiam as relações sociais contemporâneas. Ela pontua: “A memória da plantação é uma memória de dor, mas também de resistência” (KILOMBA, 2019, p.33). No entanto, Kilomba nos faz pensar a importância de rompermos com os silêncios e com o projeto colonial racista, construído da branquitude enquanto diagrama de poder, de ser e de saber.

Djamila Ribeiro, por sua vez, em seu livro *O que é lugar de Fala*, enfatiza a importância de dar voz aos sujeitos e sujeitas que historicamente foram silenciados. Ela salienta que “o lugar de fala é um conceito que nos ajuda a entender que as experiências de vida são fundamentais para a construção do conhecimento” (RIBEIRO, 2019, p.15). Entende-se que a partir daí essa perspectiva é essencial para promover uma pedagogia antirracista que valorize a diversidade e a inclusão não somente nas Universidades como nos demais espaços de saberes, permitindo que estudantes negros e demais sujeitos e sujeitas racializadas compartilhem suas experiências e contribuam para a construção de um ambiente acadêmico mais inclusivo e democrático.

Por fim, o pensador martinicano Frantz Fanon, já na década de 50, em seu clássico livro *Pele Negra, Máscaras Branca*, já discutia e problematizava a psicologia do racismo e suas implicações na identidade dos indivíduos racializados. Ele argumenta que "o negro é um homem que se sente inferiorizado em um mundo que o considera inferior" (FANON, 2020, p.35). Essa sensação de inferioridade é frequentemente exacerbada na sociedade contemporânea, onde a falta de representatividade e a perpetuação de estereótipos raciais impactam negativamente a autoestima e o desempenho acadêmico de estudantes negros.

Por fim, a partir de uma perspectiva crítica que faz parte do bojo do entendimento sobre CTS² (Ciências Tecnologia e sociedade) este trabalho explorará a relação entre Universidade, poder e racismo, destacando a importância de promover uma pedagogia e um desenvolvimento científico antirracista que não apenas reconheça, mas também celebre a diversidade nos espaços de saberes, pois é fundamental que as Universidades enquanto espaços de formação humana, se transformem em espaços de inclusão e formação da pluralidade humana, onde todas as vozes sejam ouvidas e valorizadas, contribuindo assim, para a construção de uma educação mais acolhedora e que forme profissionais críticos e preocupados de fato com a diversidade.

1 – Justificativas desta pesquisa:

1.2- Justificativa acadêmica-pedagógica

Faz se necessário esta pesquisa ser desenvolvida como forma de colaboração com a continuidade dos conhecimentos científicos que são desenvolvidos e tecnologicamente aplicados na sociedade, seguindo os conceitos básicos do que é CTS, o autor Santos (2012) traduz da literatura, a importância de integrar esses três elementos (ciência, tecnologia e sociedade) no ensino e na aprendizagem promovendo uma educação que não apenas produza conhecimentos científicos mas que também desenvolva a capacidade crítica dos alunos ao impacto da ciência e da tecnologia em suas vidas e no mundo ao seu redor.

Portanto, CTS é uma forma interdisciplinar de conhecimento científico que se relaciona com o curso de Ciências Naturais, que foi criando com a proposta de formar professores de Ciências Naturais capacitados na interdisciplinariedade que convém à disciplina que engloba as áreas da Química, Física, Biologia, Astronomia, Educação e Geologia. O autor Santos (2012) também retrata que o enfoque CTS no Ensino de Ciências surgiu como forma de reivindicação de educadores em Ciências que trouxeram esta proposta de mudança nas práticas educacionais focadas apenas na formação de cientistas.

²CTS, ou Ciência, Tecnologia e Sociedade, é um campo interdisciplinar que investiga como a ciência e a tecnologia influenciam a sociedade e, ao mesmo tempo, como as necessidades sociais moldam o desenvolvimento científico e tecnológico. Este enfoque busca promover uma compreensão crítica das relações entre esses três elementos, enfatizando a importância de considerar aspectos éticos, sociais e culturais no ensino e na prática científica, para melhor compreender sugiro o autor Aikenhead, G. S

No que diz respeito ao racismo estrutural³ e institucional⁴, a justificativa se dá pelo fato dos mesmos ser um mecanismo complexo e multifacetado que permeia diversas esferas da sociedade, incluindo instituições de ensino superior e escolas públicas. As universidades, como espaços de conhecimento e formação do saber, não estão imunes a essa realidade. Desse modo, é de fundamental importância desenvolver estratégias e estudos científicos para combater o racismo e promover a igualdade.

Portanto, pesquisar a temática do pacto narcísico da branquitude na Universidade justifica-se também pela urgência de compreender que branquitude e poder formam uma sinergia inseparável, isto é, as relações de poder entrelaçam com as relações de saber e essas fundamentam as Universidade e, de certo modo, os estabelecimentos de ensino como um todo. Digo ainda que a plausibilidade dessa pesquisa se dá, a priori, pelo fato das Universidades terem sido forjadas pelo colonialismo e serem mantenedoras da colonialidade do poder, do ser, e do saber. Foi o que a pensadora feminista negra Cida Bento nos trouxe a partir da reflexão de que foi no bojo do processo de colonização que se constituiu a branquitude:

Os europeus, brancos, foram criando uma identidade comum que usou os africanos, negros, como principal contraste. A natureza desigual dessa relação permitiu que os brancos estipulassem e disseminassem o significado de si próprios e do outro através de projeções, exclusões, negações e atos de repressão (BENTO, 2022, p.17).

Neste caso, investigar a branquitude como forma de poder e como a mesma se manifesta nas estruturas e práticas universitárias, eis um dos maiores desafios deste Trabalho de Conclusão de Curso. Nesse sentido, a branquitude atua como tecnologia, ferramenta de privilégio e poder, tal como sustentou a pensadora Lia Vainer Schucman (2014), em seu clássico artigo intitulado *Branquitude e poder: revisitando o “medo branco” no século XXI*.

Por fim, como sabemos, a Universidade mantém o pacto narcísico da branquitude, que é hegemônica e reproduz, por sua vez, as múltiplas desigualdades sociais ao manter as hierarquias de dominação. Além disso, é crucial discutir como essas experiências impactam na formação acadêmica e na autoestima dos alunos, contribuindo para a evasão acadêmica, exclusão social, adoecimento mental e a marginalização.

1.2- Justificativa social

No âmbito social torna-se fundamental que nós, negros, ergamos as nossas vozes e nos coloquemos enquanto sujeitos. Há séculos a branquitude vem narrando a nação e ao fazer isso apaga nossa história, nossa memória e nossa subjetividade. Recuperar essa voz negra, como pretendeu Paulo

³ Racismo estrutural se dá pelas estruturas da sociedade, que fortalece o preconceito a pessoas racializadas como negros e indígenas, por meio de práticas colonialistas, que subalternizam essas pessoas vítimas do preconceito racial. Devido a isso esse mecanismo é incorporado nas instituições educacionais, na política e na saúde onde se perpetua a desigualdade e a exclusão, fortalecendo o preconceito em outras esferas sociais. Não irei aqui aprofundar a noção de racismo estrutural, pois, isso é uma ideia grandiosa que o autor negro Silvio Almeida (2019) nos expõe em seu livro *Racismo estrutural*, da Coleção Feminismos Plurais, coordenada por Djamila Ribeiro (2019).

⁴ Entendo que o racismo institucional é a uma tecnologia dentro do racismo estrutural, que condiciona e tensiona o racismo em espaços sociais como universidades e escola, fortalecendo o racismo e danificando o processo intelectual e crítico das pessoas negras e indígenas dentro destes espaços que frequentam, gerando o abandono intelectual, gerando estresse enfraquecimento e fortalecendo a desigualdade. Trago aqui a ideia de racismo institucional baseado em *O pacto da branquitude*, de Cida Bento (2022).

Petronilio Petrot (2023) é uma forma correta de reparação e ao mesmo tempo salienta que é fundamental trazer a voz da negritude para o centro do debate. Acredito em uma educação que somente existirá como projeto de emancipação, quando nós, corpos subjugados e subalternizados, passarmos a combater todo tipo de discriminação e opressão, pois vivemos ainda sob a égide de uma sociedade racista, imperialista e colonialista.

A justificativa maior desta pesquisa se dá pelo fato dela estar intimamente ligada com minha experiência vivida com meu corpo negro na Universidade, pois como salientou nosso ancestral Abdias do Nascimento “quanto a mim, considero me parte da matéria investigada” e, continua ele, “a pesquisa deve está intimamente ligada com a subjetividade e a experiência vivida do pesquisador.” (NASCIMENTO, 1978, p. 47).

Deste modo, compreender a travessia da experiência vivida é conseguir enfrentar os mecanismos de enfraquecimento psicológico de estudantes negros e indígenas que frequentemente estão sujeitos à exclusão não somente nos espaços de saberes, como na sociedade em geral.

Válido ainda acrescentar o que entendo por experiência. Aqui, a palavra experiência, tal como nos ensinou o pensador Jorge Larrosa (2002), em *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*, salienta:

A palavra experiência vem do latim *experiri*, provar (experimental). A experiência é em primeiro lugar um encontro ou uma relação com algo que se experimenta, que se prova.[...]em alemão, experiência é *Erfahrung*, que contém o *fahren* de viajar. E do antigo alto-alemão fara também deriva *Gefahr*, perigo, e *gefährden*, pôr em perigo. Tanto nas línguas germânicas como nas latinas, a palavra experiência contém inseparavelmente a dimensão de travessia e perigo. (LARROSA, 2002 p.25-grifos do autor)

Diante disso, o conceito de experiência é extremamente complexo, pois segundo o autor, a experiência não é simplesmente o que passa, mas o que nos passa, o que nos atravessa enquanto sujeitos. A experiência para ele está intimamente relacionada às travessias e perigos da vida.

Como podemos perceber, devido ao pouco tempo que temos na feitura de um trabalho de final de curso, não pude fazer uma pesquisa de campo envolvendo relatos de casos e nem entrevistas, que iriam, sem dúvidas, dar um caráter mais científico e sofisticado à pesquisa. Nada impede, por sua vez, que essa pesquisa avance futuramente à nível de pós-graduação. Digo isso por que, em acordo firmado com o meu orientador, achamos melhor fazer, a priori, um trabalho de cunho bibliográfico, isto é, trago aqui uma breve revisão da literatura, dos tensionamentos conceituais e epistemológicos acerca da branquitude e da Universidade, conectadas à minha experiência.

Quanto à organização, essa pesquisa está alicerçada em cinco movimentos que se conectam: O primeiro intitula-se *Ciência, tecnologia e sociedade*, onde introduzo a ideia -força que é o conceito de CTS. O segundo momento intitula-se *Meu lugar de fala*, onde trago o conceito a partir da feminista negra brasileira Djamila Ribeiro (2019) e me posiciono a partir da minha experiência subjetiva enquanto homem negro. O terceiro momento, a *Universidade e o pacto da branquitude* penso a partir da feminista negra Cida Bento (2022) e outros intelectuais que atualizaram o debate. Mais a diante sentimos a necessidade de situar brevemente o que chamamos de *Contexto colonial*, seguido dos questionamentos acerca do que chamamos em seguida de *Branquitude e racismo institucional* e, por fim, as considerações finais.

Ciência, Tecnologia e Sociedade

Ocuparei aqui com essa complexa trilogia que é a Ciência, a Tecnologia e a Sociedade. Ora, para introduzir o conceito CTS é importante entender que a inter-relação entre a ciência e suas explicações, a organização tecnológica e a tomada de decisões em sociedade para solução de problemas práticos vêm com algumas concepções baseadas nos grifos de Santos e Mortimer (2002) que são:

(i) ciência como atividade humana que tenta controlar o ambiente e a nós mesmos, e que é intimamente relacionada à tecnologia e às questões sociais; (ii) sociedade que busca desenvolver, no público em geral e também nos cientistas, uma visão operacional sofisticada de como são tomadas decisões sobre problemas sociais relacionados à ciência e tecnologia; (iii) aluno como alguém que seja preparado para tomar decisões inteligentes e que compreenda a base científica da tecnologia e a base prática das decisões; e (iv) professor como aquele que desenvolve o conhecimento de e o comprometimento com as inter-relações complexas entre ciência, tecnologia e decisões (SANTOS, 2002, p.14).

Ora, do ponto de vista histórico das raízes CTS, faz-se necessário mergulhar nas problemáticas que envolviam o ambiente pós-guerra e a tomada de consciência de cientistas em relação a ética da produção científica e de como era aplicada tecnologicamente, resultando nas problemáticas ambientais, diante disso Santos e Mortimer (2002) também nos trás o apontamento importante que é:

Os trabalhos curriculares em CTS surgiram, assim, como decorrência da necessidade de formar o cidadão em ciência e tecnologia, o que não vinha sendo alcançado adequadamente pelo ensino convencional de ciências (SANTOS, 2002, p.15).

Ao discutir a necessidade de se pensar em uma formação crítica perante o desenvolvimento científico, que saísse dos limites da formação convencional, alguns pensadores perceberam a importância de se pensar ciências como parte da formação crítica de como interferia as tecnologias na sociedade. O autor discute que, na década de 70 a evolução dos currículos de ciências no Brasil deve ser baseada nas questões política, social e econômicas, já em 1980 os currículos foram direcionados às implicações sociais desenvolvidas pelo campo científico e tecnológico.

A educação em CTS pode ser utilizada como ferramenta para compreender o racismo institucional pois permite uma análise mais profunda das interações entre ciência, tecnologia e as relações sociais que se vincula ao racismo, promovendo a reflexão sobre práticas da educação científica e tecnológica a fim de criar ciência desvinculada das normas de formação científica clássica, formando profissionais críticos e que saibam utilizar o poder em sociedade para tomar decisões práticas.

Ciência, no dicionário, é a organização de conhecimentos que buscam entender e explicar os fenômenos naturais e sociais por meio de métodos sistemáticos que se baseiam na observação, experimentação e análise crítica. Mas para Strieder (2012), a ciência não é algo simples e que possa ser definida com poucas palavras, pelo contrário, a autora traz o conceito de ciência como um fenômeno social e cultural em que ela divide em duas vertentes, a ciência de construção conceitual e a ciência de produção social. A primeira investiga também os aspectos e influências sociais da ciência e a segunda, já não possui esta ligação, sendo mais tradicional. Sendo as duas interligadas de certa forma:

Cabe destacar que, apesar de seguir essa divisão, não entendemos que há conflitos entre ambas, mas sim que elas se completam. A visão voltada à construção conceitual, de natureza epistemológica, é permeada por aportes sociais e é enriquecida pela visão da produção social, que investiga mais de perto as influências sociais, econômicas, religiosas e culturais na produção do conhecimento científico (STRIEDER, 2012, p.25).

Tecnologia, definida como a aplicação da ciência e considerada indefesa e totalmente benéfica por muito tempo, teve seu conceito alterado principalmente após a segunda guerra mundial, como conta Strieder (2012), a partir daí foram surgindo o interesse em pesquisar os efeitos, principalmente negativos, da tecnologia. Santos (2012) traz a comparação de estudos sobre a tecnologia de diferentes visões, o autor cita que a tecnologia pode ser um conhecimento que nos permite controlar e modificar o mundo por ser um, justamente, um conjunto de atividades humanas associadas aos instrumentos e máquinas e portanto, uma pessoa que conhece bem a tecnologia tem poder e liberdade de analisar e criticar a utilização da mesma. Contudo, o autor conclui que:

Não se trata de simplesmente preparar o cidadão para saber lidar com essa ou aquela ferramenta tecnológica ou desenvolver no aluno representações que o instrumentalize a absorver as novas tecnologias. Tais conhecimentos são importantes, mas uma educação que se limite ao uso de novas tecnologias e à compreensão de seu funcionamento é alienante, pois contribui para manter o processo de dominação do homem pelos ideais de lucro a qualquer preço, não contribuindo para a busca de um desenvolvimento sustentável (SANTOS, 2012, p.35).

Strieder (2012) relata em seu texto que assim como a ciência e a tecnologia não possuem apenas uma visão, a sociedade também se faz multifacetada, uma vez que podemos obter olhares científicos e tecnológicos sobre a sociedade, também temos olhares sociais sobre a ciência e a tecnologia, ou seja, questões sobre ciência e tecnologia também podem ser levantadas a partir dos estudos da sociedade. Assim como citado antes neste mesmo capítulo, o que detém dos conhecimentos tecnológicos e científicos possuem a liberdade e o poder de utilizarem a ciência e a tecnologia o consumo desses dois itens para tomar decisões em relação a ciência.

Portanto, é importante ressaltar a relevância de se vincular ciências humanas e ciências exatas, tornando democrática a forma de fazer ciência e colabora com a cidadania e ética do profissional que está sendo formado além de tomar decisões no âmbito social colaborando para melhores abordagens advindas do consumo da CT. Diante disso, por meio das relações científicas e da interdisciplinariedade das ciências tal qual o enfoque CTS, é importante para o desenvolvimento de ciência em sua forma plena, não se limitando aos moldes da ideia da ciência clássica. Partindo disto, adentro minha pesquisa relacionada ao ambiente de produção científica e as questões de raça.

Em outras palavras, após explicitarmos a relação estreita entre ciência, tecnologia e sociedade, é necessário mostrar o meu lugar de fala na pesquisa. Eis a nossa próxima caminhada.

Meu lugar de fala

O que é lugar de fala? De onde vem esse conceito? Embora somente na contemporaneidade esse conceito tem sido popularizado e às vezes mal compreendido, feministas negras brasileiras como Lélia Gonzalez, já na década de 70, Beatriz Nascimento e mais atualmente Sueli Carneiro já falava a partir desse lugar. Mas é a pensadora política Djamila Ribeiro que tem sistematizado de forma mais

complexa em seu livro *Lugar de fala* e nele a autora diz: “O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social” (RIBEIRO, 2019, p. 40).

Djamila traz a necessidade da fala para pessoas negras, tanto na denúncia a uma instituição ou a uma causa maior, trazer a fala como condutor de libertação de pessoas negras e suas experiências vividas em ambientes onde a hierarquia é algo normalmente estabelecido e sistematicamente aplicado, pois, pessoas negras precisam trazer para si a fala, o discurso para valorizar o negro silenciado devido a colonização imposta no Brasil.

Devo dizer que ingressar na Universidade de Brasília foi uma grande conquista. Vivo essa conquista de forma com que a educação me chama atenção para refletir, mas entender a dinâmica acadêmica é meio assustador. Ter ingressado na universidade foi mais libertador do que divertido educacionalmente, até porque agora que estou estudando o que acho muito relevante sobre a sociedade e como ela se organiza, perceber como é direcionado o ensino nas escolas públicas precarizadas, a educação para pessoas negras e a inferiorização social é de grande relevância em ambientes como a Universidade de Brasília, assim como discutir e se posicionar e entender o verdadeiro sentido do conceito “lugar de fala”.

Dito isso, o processo de construção do racismo e das tecnologias utilizadas pelo pacto que os brancos selam, vem desde a colonização e vemos uma certa estrutura de recorte racial e de exclusão em qualquer esfera social.

No sistema educacional, por sua vez, não é diferente, lembro que não apenas aqueles que eram os detentores da sabedoria e autoridade no colegial (no caso os professores), eram os que reproduziam o racismo no ambiente escolar, mas os alunos os colegas de classe também reproduzem o racismo, onde nesse ambiente essas situações são considerados apenas brincadeira, porque na escola essas piadas eram coisas comuns “zueirinhas” e todos éramos amigos e era “tranquilo” o aluno na escola praticando racismo que passava despercebido devido ao jovem ser mais inocente em relação a complexidade do racismo multifacetado, faz parte daquele ambiente, daquela turma, do ciclo de amigos da escola, mas essas situações não deveriam ser normalizadas.

O racismo no ambiente educacional entristece a mente do jovem negro sem ele nem mesmo perceber, pois o aluno acaba rejeitando a si mesmo, desejando ser até mesmo branco de cabelo liso, pois questiona, por que não nasceu dentro dos padrões? E Grada Kilomba explica: “Em outras palavras, nós nos tornamos a representação mental daquilo com o que o sujeito branco não quer se parecer” (KILOMBA, 2019, p. 38).

É necessário entender situações que para mim eram conhecimentos empíricos e não era tão válido ao ponto de ser o objeto de estudo, mas podendo explorar como a CTS está inteiramente ligado com meu objeto de estudo trago uma passagem de Pinheiro, Silveira, Bazzo que dizem:

Nesse encaminhamento, o ensino-aprendizagem passará a ser entendido como a possibilidade de despertar no aluno a curiosidade, o espírito investigador, questionador e transformador da realidade. Emerge daí a necessidade de buscar elementos para a resolução de problemas que fazem parte do cotidiano do aluno, ampliando-se esse conhecimento para utilizá-lo nas soluções dos problemas coletivos de sua comunidade e sociedade (PINHEIRO, 2007, p. 7).

Essa passagem reflete a importância de aprendermos a fazer ciência e por meio da utilização CTS podemos pensar no racismo que ocorre nas instituições educacionais como forma de ciência, tecnologia e sociedade. A autora continua:

Com o enfoque CTS, o trabalho em sala de aula passa a ter outra conotação. A pedagogia não é mais um instrumento de controle do professor sobre o aluno. Professores e alunos passam a descobrir, a pesquisar juntos, a construir e/ou produzir o conhecimento científico, que deixa de ser considerado algo sagrado e inviolável. Ao contrário, está sujeito a críticas e a reformulações, como mostra a própria história de sua produção (PINHEIRO, 2007, p.7).

Demorei para entender como funciona o mundo acadêmico, as classes sociais, o racismo e o uso da posição e poder para justificar que o ambiente científico é inviolável, não permite críticas. É necessário, no curso de Ciências Naturais, se pensar sobre a forma de produzir Ciências e não prejudicar alunos mais críticos e dispostos a atuar em uma nova forma de atuação em pesquisas científicas.

Foi lendo a *Microfísica do poder* de Michel Foucault e *o pacto da branquitude* de Maria Aparecida Bento consegui, então, entender a dimensão que sofri na escola e na universidade, essa relação de ciências e tecnologia do isolamento do negro não é loucura coletiva, o racismo estava sim tentando modificar pessoas.

Dito isso, meu lugar de fala aqui é atravessado pela inspiração e pela compreensão de que a Universidade, enquanto espaço de poder e de saber é fortalecida por pactos colonialistas mantidos pela branquitude enquanto diagrama de poder. Por isso, iremos problematizar a seguir, a relação complexa entre a Universidade e o pacto da branquitude, iluminado pela perspectiva da feminista negra Cida Bento (2022).

A Universidade e o pacto da branquitude

Ora, antes de falar da Universidade e seus múltiplos pactos, cabe perguntar o que entendemos por universidade e como seus pactos se fortalecem. A Universidade sendo entendida como um espaço fundamental para a produção e a disseminação do conhecimento, que deve ir além da simples formação profissional. Carvalho argumenta que a Universidade deve ser um ambiente crítico, onde se fomenta o debate e a reflexão sobre questões sociais, culturais e políticas, preparando os estudantes não apenas para o mercado de trabalho, mas também para a cidadania crítica.

Ele destaca que a formação do professor, em particular, é crucial nesse contexto, pois os educadores desempenham um papel vital na construção de uma educação que promova a transformação social e a inclusão. Assim, a Universidade se configura como um agente de mudança, capaz de questionar as estruturas de poder e contribuir para uma sociedade mais justa, humana e plural. Mas Cida Bento não deixa de pontuar o lugar da branquitude na luta antirracista:

É evidente que os brancos não promovem reuniões secretas às cinco da manhã para definir como vão manter seus privilégios e excluir os negros. Mas é como se assim fosse: as formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas. Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente”, ameaçasse o “normal”, o

“universal”. Esse sentimento de ameaça e medo está na essência do preconceito, da representação que é feita do outro e da forma como reagimos a ele (BENTO, 2022, p.11).

Segundo Cida Bento, de forma irônica, os brancos não se reúnem às cinco horas da manhã para decidirem os rumos e as vidas dos sujeitos racializados, mas é como se fosse, já que as pessoas brancas por terem o privilégio da branquitude, gozam da suposta “humanidade”. E continua Cida Bento ao questionar a supremacia branca nesse contexto:

Assim é que a realidade da supremacia branca nas organizações públicas e privadas da sociedade brasileira é usufruída pelas novas gerações brancas como mérito do seu grupo, ou seja, como se não tivesse nada a ver com os atos anti-humanitários cometidos no período da escravidão, que corresponde a 4/5 da história do país, ou com aqueles que ainda ocorrem na atualidade (BENTO 2022, p.15).

É animada com esse exercício de sensibilidade e pactada com uma visão crítica acerca do pacto da branquitude que Cida Bento diz:

Assim, foi no bojo do processo de colonização que se constituiu a branquitude. Os europeus, brancos, foram criando uma identidade comum que usou os africanos, negros, como principal contraste. A natureza desigual dessa relação permitiu que os brancos estipulassem e disseminassem o significado de si próprios e do outro através de projeções, exclusões, negações e atos de repressão (BENTO, 2000, p.17).

É por esse viés voltado para uma concepção antirracista que o antropólogo Kabengele Munanga fala em entrevista a USP em 2017 que foi citado no artigo da pensadora e antropóloga negra Fátima Lima sobre o racismo brasileiro, ele diz:

Todos os racismos são abomináveis, são crimes, mas eu achei que o racismo brasileiro é um crime perfeito partindo da ideia de um judeu prêmio [Nobel] da Paz que disse uma vez que o carrasco mata sempre duas vezes, a segunda pelo silêncio, e nesse sentido achei o racismo brasileiro um crime perfeito. É como um carrasco que você não vê te matando, está com um capuz; você pergunta pelo racista e você não encontra, ninguém se assume, mas o racismo e a discriminação existem. Esse racismo matava duas vezes, mesmo fisicamente, a exclusão e tudo, e matava a consciência da própria vítima. A consciência de toda a sociedade brasileira em torno da questão, o silêncio, o não dito. Nesse sentido, era um crime perfeito, porque não deixava nem a formação de consciência da própria vítima, nem a do resto da população através do chamado mito da democracia racial [...] (LIMA, 2017, p. 40).

Diante disso Frantz Fanon, em sua célebre obra da década de 50, *Pele negra, máscaras brancas*, ao trazer desde aí uma perspectiva decolonial, logo ao retornar da França e ter consciência da sua negritude:

Achava que tinha de construir um eu fisiológico, equilibrar o espaço, localizar sensações, e eis que me pediam um suplemento. “Olhe, um negro!” Era um estímulo externo que me futucava de passagem. Eu esboçava um sorriso. “Olhe, um negro!” Era verdade, eu me divertia. “Olhe, um negro!” O círculo pouco a pouco se estreitava. Eu me divertia abertamente. “Mãe, olhe o negro, estou com medo!” Medo! Medo! E eis que agora eu era temido. Queria me divertir com isso até engasgar, mas isso se havia tornado impossível para mim. Eu não aguentava mais, pois já sabia que existiam lendas, histórias, a história e, acima de tudo, a *historicidade*, sobre a qual Jaspers me havia ensinado. O esquema corporal, atacado em vários pontos, então desabou, dando lugar a um esquema epidérmico racial. A partir daí, não se tratava mais de um conhecimento do meu corpo na terceira pessoa, mas em tripla pessoa. A

partir daí, em vez de um, deixavam-me dois, três assentos livres no trem. Eu já não me divertia mais. Não encontrava mais nenhuma das coordenadas febris do mundo. Eu existia triplamente: ocupava um lugar, ia na direção do outro... e o outro – evanescente, hostil, mas não opaco, e sim transparente, ausente – desaparecia. Era nauseante (FANON, 1952, p.93).

Essa passagem é emblemática, uma vez que mostra a experiência do martinicano Frantz Fanon quando se descobriu negro aos olhos de uma criança. Foi, de certo modo, esse martinicano que me despertou a sede em erguer a minha voz e tornar sujeito da minha própria história. Me ensinou a entender ainda como opera essa complexidade existente entre a branquitude, o poder e o racismo que leva ao silenciamento, à desumanização e inferiorização de pessoas racializadas. Isso tudo surge, de certo modo no contexto do colonialismo. Por isso, no próximo tópico, é necessário situar, de forma breve o contexto colonial.

Contexto Colonial

A história do Ocidente, marcada pela expansão das civilizações greco-romanas pelos descobrimentos ibéricos e pela formação de grandes impérios coloniais, revela como foram construídas posições de inferioridade em relação ao "outro". Segundo Cida Bento (2022), durante a colonização, a ideologia da branquitude se destacou com os europeus brancos definindo seu status e identidade em contraste com africanos e outros povos não europeus, frequentemente rotulados como "bárbaros" ou "selvagens". Essa visão eurocêntrica transformou os não europeus em figuras ameaçadoras, refletindo mais sobre a identidade europeia do que sobre a realidade dos colonizados.

A diversidade da cor de pele, resultante das variações na produção de melanina, tem sido historicamente utilizada para categorizar e, muitas vezes, utilizado para definir o outro com marginalidade e intelectualidade reduzida. Na história da construção colonial, a cor da pele e as características negróides eram os itens principais para que a branquitude justificasse o encarceramento e a escravidão.

Entretanto, essa ideia enraizada na sociedade do contraste que pessoas racializadas, como os negros ou indígenas estavam diretamente ligados à ideia de superioridade da branquitude, que estranhamente carrega consigo um histórico digamos, complicado, que vincula o clero e a política europeia, a igreja católica legitimou por meio de um documento a escravidão de povos africanos, encontrado nas *bulas papais* de 1452-55, documento emitido pelo papa Nicolás V parte do documento se dá a seguir, dizendo o seguinte:

(...) nós lhe concedemos, por estes presentes documentos, com nossa Autoridade Apostólica, plena e livre permissão de invadir, buscar, capturar e subjugar os sarracenos e pagãos e quaisquer outros incrédulos e inimigos de Cristo, onde quer que estejam, como também seus reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades (...) e reduzir suas pessoas à perpétua escravidão, e apropriar e converter em seu uso e proveito e de seus sucessores, os reis de Portugal, em perpétuo, os supramencionados reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades, possessões e bens semelhantes (...). (<https://www.geledes.org.br/1452-55-quando-portugal-e-igreja-catolica-se-uniram-para-reduzir-praticamente-todos-os-africanos-escravatura-perpetua/> acesso em 28/12/2024)

Percebemos que esse movimento desumano que marca nossa história e define a estrutura social é iniciado com o aval do Papa, chega a ser quase uma psicose coletiva as pessoas negarem que a igreja católica tem um passado marcado por crimes e não importa a época, as pessoas sempre vão ter argumentos ilógicos para tentar negar toda essa construção gerada pela igreja. Por mais que fosse em 1400, uma figura com alto posto da igreja católica como o papa (branquitude e poder), ter uma postura de *insanidade* como essa para definir e manter pessoas em cárcere e sujeitas a escravidão é revoltante. Porém isso não foi do nada, vamos analisar o trabalho de Fatima Lima, ao sustentar que:

A escravidão africana não parece ter gerado as mesmas controvérsias, pois se o estado natural dos índios por vezes colocava dúvidas quanto a uma possível influência demoníaca, no caso dos africanos partia-se da convicção de que seu destino ao cativeiro era perfeitamente compreensível pela marca do pecado e pela inferioridade ética. Eram os africanos, segundo a concepção vigente, os legítimos descendentes de Cam, filho amaldiçoado por Noé por ter zombado de sua nudez (LIMA, 2017 p.360).

A antropóloga Fátima Lima (2017) nos traz o quanto a igreja e seus mitos vinculado a ideia de superioridade branca, consegue se erguer inferiorizando uma raça de pessoas por meio de mitos, contos de fada e falsas verdades. De fato, podemos perceber o quanto era importante para os colonizadores importar uma forma de controle, uma receita do ser universal e que todos deveriam se sujeitar a seguir os padrões do homem branco universal e seguir as leis de deus. Acho impróprio justificar a desumanização de povos africanos na tentativa de demonizá-los com base em um mito religioso.

Investigando o desenvolvimento das raízes do preconceito étnico racial na nossa sociedade, este entendimento é fundamental para que possamos aos poucos nos libertar dessas amarras submissas e colonialistas, fazendo com que isso seja um impulso para combater o racismo nos dias atuais, além de possibilitar um enfrentamento às atitudes racistas, seja na sociedade do dia a dia, em instituições de ensino como universidades e escolas ou no ambiente de trabalho.

Segundo Cida Bento (2022), entre 1500 e 1900, a colonização europeia resultou na movimentação de 18 milhões de africanos escravizados, enquanto a Europa, antes economicamente insignificante, tornou-se rica à custa da África e da Ásia que enfrentavam a pobreza crônica. O trabalho escravo nas colônias gerou lucros exorbitantes, beneficiando não apenas os ricos, mas também as classes mais baixas da Europa, isso claro foi fruto do colonialismo.

Assim, a pensadora crítica ao pacto da branquitude ensina-nos que a branquitude foi construída à medida que os europeus se apropriaram dos recursos dos "outros", deixando um legado de opressão racial que impactou profundamente a história, especialmente em relação às populações negra e indígena.

Quando falamos em colonização, devemos pensar no bojo da expansão do ocidente. Esse pensamento está relacionado à expansão greco-romana e à presença ibérica, evidenciando um padrão de dominação territorial. Os europeus sempre buscaram justificar sua posição no mundo por meio de uma ideologia, a da branquitude e dos privilégios associados a ela. Essa justificativa se baseou na ideia de uma identidade que não prevalecia na sociedade, caracterizada por uma suposta superioridade racial, que se apresentava como uma "raça superior" em relação a outros grupos, como negros, indígenas e etc. Essa concepção do "HOMEM UNIVERSAL" tem ganhado força desde os tempos dos bárbaros e continua a reverberar na sociedade atual, especialmente na necessidade da branquitude de defender seus privilégios ideológicos, independente de sua posição social.

Como continua Cida Bento (2022) essa identidade é fruto da imposição de raça superior dos brancos, e ela explica que:

Analizando a visão do europeu sobre os não europeus, pode-se concluir que aquele ganhou em força e em identidade, uma espécie de identidade substituta, clandestina, subterrânea, colocando-se como o "homem universal", em comparação com os não europeus (BENTO, 2022, p. 17 2022).

Uma breve reflexão de como foi desenvolvido a ideia de superioridade racial na sociedade sob os olhares e vozes da branquitude, ainda nos dias atuais isso é revivido em forma de um consenso entre os brancos, que dá forças para o pensamento da supremacia branca, de formas indiretas, silenciosas e invisíveis. A branquitude vem utilizando novos mecanismos de opressão, silenciando toda herança de desumanização de povos racializado, a branquitude quer se manter afastada do seu passado desumanizador, para não ser questionada sobre seus privilégios. Em outras palavras, é impossível questionar a branquitude sem pensar o racismo institucional. Eis a nossa próxima caminhada.

Branquitude⁵ e Racismo Institucional

O conceito de branquitude tem sido amplamente discutido nas últimas décadas, e o "pacto narcísico da branquitude" se destaca por representar uma noção de "coletivo", "irmandade" ou simplesmente "pacto". Esse conceito reflete uma cumplicidade silenciosa que perpetua desigualdades raciais e silencia as vozes de grupos não brancos, mantendo um sistema de privilégios que beneficia os brancos em relação a outros grupos.

Schucman (2019) argumenta que essa dinâmica não apenas sustenta a hierarquia racial, mas também permite que pessoas brancas utilizem esse conceito para justificar atos criminosos e racistas contra indivíduos não brancos. Ela afirma que "a branquitude se torna uma forma de invisibilidade que permite a manutenção de privilégios e a perpetuação de desigualdades" (SCHUCMAN, 2019, p. 10). Nesse sentido, a pensadora da branquitude Lia Schucman nos mostra que, de certo modo, a branquitude enquanto sistema político e de poder, fa perpetuar as desigualdades sociais, invisibilizando e apagando as diferenças.

Muitos brancos acríticos, que representam uma parte significativa da sociedade, resistem a ceder seus privilégios em benefício de um bem maior, devido à sua incapacidade de questionar ou refletir sobre a sua posição de privilégio, e infelizmente para não questionar e ser questionado a branquitude utiliza-se bem de cargos de liderança que acaba colaborando negativamente para educação de jovens negros em escolas e universidades ou saúde no trabalho.

A educação para pessoas negras, devido ao racismo estrutural é atrasada no nosso país, pois atravessa toda história da escravidão. Isso se dá pela construção social e cultural que foi desenvolvida no país, antes mesmo da branquitude vincular a imagem do negro com a pobreza ou incapacidade intelectual. Não à toa que a teórica Ana Luísa Coelho Moreira explica:

⁵A branquitude, segundo Grada Kilomba, é entendida como uma identidade política que carrega privilégios históricos e sociais, resultantes de estruturas de poder que perpetuam o racismo. Ela destaca como essa identidade se constrói em oposição à negritude, refletindo estereótipos e dinâmicas de exclusão.

O processo de educação formativa para a população negra brasileira, desde sempre, foi pautado por uma série de atravessamentos que envolvem a história racial e colonial do país. Evidenciar os percursos pelos quais caminharam e caminham os sujeitos negros é um eterno revisitar os percalços e as conquistas que a coletividade negra mergulhou. No âmbito da educação superior, de maneira mais recente que os demais patamares educacionais formais, a chegada da população negra se fez ainda mais tardia, e perdura-se a ausência de reparação histórica, o não reconhecimento e a iniquidade de acesso ao ensino superior, bem como a dificuldade da permanência e sobretudo, o agravamento do sofrimento psíquico (MOREIRA, 2021, p. 136).

Nesse sentido, a educação é um direito de todos, principalmente para crianças e jovens, pois esse momento da vida é destacado por experiências e saberes, é um momento onde o jovem descobre novas experiências e informações, aprende o básico educacional e principalmente forma o seu caráter.

Um aluno negro na escola, além de ter que lidar com o preconceito étnico racial, precisa lidar com momentos de negligência e negação de sua identidade, assim como o isolamento causado pelos colegas de turma ou outros tipos de violências, causando interferências psicológicas levando a um distanciamento e desconforto no ambiente educacional, podendo até ocasionar em afastamento da educação e evasão.

Contudo, não é apenas na escola que o racismo institucional e estrutural dá as caras, na verdade, em determinadas áreas de trabalho como empresas, em universidades isso acontece, mas de forma silenciosa, invisível e é como uma tática indireta e silenciosa gerando angústias anseios e depressão, esse enfraquecimento está inteiramente ligado com a estrutura racista que promove essas situações nestes ambientes de forma proposital, por mais que neguem.

Dito de outro modo, e parto aqui da minha experiência, enquanto homem negro e pobre, o aluno negro que consegue ser inserido na academia, ingressa com deficiências educacionais e isso leva a um cansaço emocional e intelectual ainda maior no desenvolvimento educacional devido a toda carga defeituosa da escola, que gera um conflito intelectual deste aluno, e é nesse enfraquecimento que o aluno começa a questionar se aquele lugar também é dele, se ele pertence mesmo àquele ambiente se aquela é a melhor forma de ganhar a vida, passando por tantas humilhações dentro dessas ambientes reservados para o saber.

Além de toda essa confusão interna, existe o movimento da branquitude entediada com o cotidiano educacional, que proporciona de forma proposital e bem estruturada o racismo institucional, essa manipulação e controle é divertido para a branquitude que pratica o ato do racismo.

Por fim, retomando a ideia central desse capítulo que é questionar a relação existente entre branquitude e racismo institucional, acredito que é de fundamental importância compreendemos como funciona a estrutura racista e quem a alimenta, uma vez que o racismo institucional é uma tecnologia que fortalece, por sua vez, o racismo estrutural.

O que precisamos, em outras palavras, na luta antirracista, é buscar uma Universidade mais democrática é deixar de alimentar essa estrutura racista que atravessa todos nós. Nesse sentido, todas as Universidades devem convocar a sociedade como um todo a lutar por uma sociedade antirracista, mais inclusiva e mais justa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho propôs uma reflexão teórica e epistemológica acerca Universidade como espaço que reproduz múltiplos racismos, frutos da colonialidade do ser, do poder e do saber. Tendo como ponto de partida a minha experiência subjetiva e afetados pelas inspirações de autores como Grada Kilomba, Cida Bento, Frantz Fanon, dentre outros, elucidamos o lugar que a branquitude ocupa nos espaços de poderes e saberes, bem como suas táticas dentro de instituições de ensino, trazendo o enfoque CTS para ajudar a traçar histórico da estrutura colonial.

Esse trabalho que chamo que de *Trabalho de Conclusão de Curso* esteve alicerçado em cinco movimentos que se interconectam: O primeiro intitula-se *Ciência, tecnologia e sociedade*, onde apresentei brevemente a ideia -força que é o conceito de CTS. O segundo momento intitula-se *meu lugar de fala*, onde trouxe esse conceito a partir da feminista negra brasileira Djamila Ribeiro e me posiciono a partir da minha experiência subjetiva homem negro.

O terceiro momento, a *Universidade e o pacto da branquitude* trouxe uma breve reflexão propriamente dita a partir da feminista negra Cida Bento e outros intelectuais que atualizaram o debate. Mais a diante sentimos a necessidade de situar brevemente o que chamamos de *Contexto colonial*, seguido dos questionamentos acerca do que problematizamos e em seguida trouxe a problemática da *Branquitude e racismo institucional*, pois acredita-se que é impossível pensar Universidade e branquitude sem tematizarmos os racismos institucionais e como esses fortalecem e mantêm o racismo estrutural.

Dito isso, entende-se que a branquitude, como traz Cida Bento e, de certo modo, Grada Kilomba de forma explícita, colabora negativamente com as políticas públicas e ações afirmativas que o Estado cria para alcançar um equilíbrio racial efetivo. A branquitude enquanto sistema político prejudica as políticas de cotas, reduzindo o desempenho acadêmico de alunos negros e dificultando seu acesso a projetos que poderiam alavancar seus currículos. Essa diminuição do desempenho acadêmico transforma alunos negros e de minorias em estatísticas como menciona Moreira (2021): negativas, reforçando a ideia de que pessoas pretas, indígenas e LGBTQIA+ são intelectualmente inferiores, e tudo isso sendo causado de forma causal e proposital.

Recordo que a feminista negra Grada Kilomba nos mostrou a importância de pensarmos a supremacia branca, a politização de pessoas negras e a urgência de romper com a máscara do silenciamento, bem como a necessidade de descolonizar as mentes e as subjetividades dos sujeitos subalternizados e desumanizados pelo racismo.

Já chegando ao final desse trabalho e já acreditando que a escrita é um processo, portanto um ato inacabado, sustento ainda que é essencial implementar políticas de permanência para alunos negros, indígenas e quilombolas que enfrentam o racismo e que saibam lidar com a extraordinária diversidade presente nos espaços de saberes, pois a Universidade deve ser atuante a ponto de convocar toda sociedade a lutar contra as estruturas de dominação para que haja a emancipação, a consciência crítica, um verdadeiro projeto de humanização e de transformação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Mariléa de. *Racismo acadêmico e seus afetos*. História: Questões & Debates, Curitiba, v. 2, pág. 96-109, jul./dez. 2021.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. In: *Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto*. Organização de Heloísa B. de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*; Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

DIAS, E. Justificativa do TCC: exemplos para se inspirar e aprender como fazer a sua Disponível em: <https://www.todacarreira.com/justificativa-tcc-exemplos-prontos-como-fazer/>. Acesso em 10 de jun. 2022.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. traduzido por Sebastião Nascimento e colaboração de Raquel Camargo; prefácio de Grada Kilomba; posfácio de Deivison Faustino; textos complementares de Francis Jeason e Paul Gillo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 24.ed. São Paulo: Edições Graal, 2007.

GELEDES. 1452-55: quando Portugal e a Igreja Católica se uniram para reduzir [praticamente] todos os africanos à escravidão perpétua. 2009.

GODOY, C.; MEIRA, R. Plataforma Monografia Perfeita, 2022. Disponível em: <https://monografiaperfeita.com.br/justificativa-de-um-projeto-de-pesquisa/>. Acesso em 10 de jun. 2022.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10639 (03), p. 39-62. 2005.

GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*/Organização de Flávia Rios, Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2 ed.- São Paulo: Editora Martins Fontes, 2019.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódio de um racismo cotidiano*. Tradução Jess Oliveira. 1 ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LARROSA, Jorge. *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*. Revista Brasileira de Educação. n.19, p. 20-28. 2002.

LIMA, Fátima. O racismo como crime perfeito: a invisibilidade do racismo no Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia de; et al. *Racismo e Democracia no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2017. p. 40.

MALDONADO-TORRES, Nelson. La descolonización y el giro des-colonial. In: *Tábula Rasa*. Bogotá – Colombia, No.9: 61-72, julio-diciembre 2008.

MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite: ensaios sobre a África descolonizada*. Tradução de Fábio Ribeiro- Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2020.

MOREIRA, Ana Luísa Coelho. Vidas negras importam na universidade? O adoecimento psíquico de estudantes negras e negros. *Revista ABPN*. v. 13, n. 37. p. 123-150. Brasília, 2021.

NASCIMENTO, Beatriz. *Quilombola e intelectual: Possibilidades nos dias de destruição*. Maria Beatriz Nascimento. *Diáspora Africana*. Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVA, Anderson Ribeiro; PANTOJA, Selma Alves. *Lições sobre a África: Diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da história da África no mundo Atlântico (1990-2005)*. UnB, Brasília. 2007.

PINHEIRO, N. A. M.; SILVEIRA R. M. C. F.; BAZZO, W. A. *Ciência, Tecnologia e Sociedade: a relevância do enfoque CTS para o contexto do Ensino Médio*. *Ciência & Educação*. v.13. n. 1. p. 71-84. Bauru, São Paulo. 2007.

PETROT, Petronilio Paulo. *Poética de Exu: o mais alegre dos trágicos*. *Revista Arte da cena*, 2023.

PRATES, Lubi. *Um corpo negro*. São Paulo: Nosostros Editorial, 2019.

QUIJANO, Aníbal: *Ensayos em torno a la colonialidad del poder: compilado por Walter Mignolo*. 1a ed.- Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2019.

REIS, A. S.; FROTA, M. G. C. *Guia básico para a elaboração do projeto de pesquisa*. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/educacao/docs/06a.pdf>. Acesso em 10 de jun. 2022.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

SANTOS, W. L. P. *Educação CTS e cidadania: confluências e diferenças*. *Revista Educação em Ciências e Matemática*. v.9 n.17. p. 49-62. Amazônia, 2012.

SANTOS, W. L. P; MORTIMER, E. F. *Uma análise de pressupostos teóricos da abordagem, C-T-S (Ciência- Tecnologia- Sociedade) no contexto da educação brasileira*. *ENSAIO- Pesquisa em educação em ciências*, v.2 n. 2 p.110-132. Belo Horizonte, 2002.

SILVA, R. A.; BARROS, N. F. O antirracismo como valor: das cotas étnico raciais às cotas epistêmicas – entrevista com José Jorge de Carvalho. **Rev. Antropologia. v.67. p. 1.** São Paulo, 2024.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude e poder: revisitando o “medo branco” no século XXI. Revista ABPN. v. 6, n. 13. p. 134-147. Brasília, 2014.

SCHUCMAN, Lia Vainer. "Branquitude: uma construção social." *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 62, no. 1, 2019.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro. Rio de Janeiro: Graal, 1983. 144 p.

STRIEDER, R. B. Abordagem CTS na educação científica no Brasil: sentidos e perspectivas. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo. 2012.

SPIVAK, Gayatri. Pode a subalterna tomar a palavra? Tradução de Antônio Sousa Ribeiro. Lisboa: Orfeu Negro, 2021

BRASIL. LEI Nº 14.532, DE 11 DE JANEIRO DE 2023, Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 janeiro de 2023.

PAULIN, J. V.; FOMACIARI, B.; BREGADIOLLI, B. A.; BAPTISTA, M. S.; GRAEFF, F. O. Melanina: um pigmento natural multifuncional. arXiv. São Paulo. 2021.